O “Programa em Excelência em Gestão Educacional” da Fundação Itaú Social no Pará: primeiras aproximações

The Itaú Social Foundation’s “Educational Management Excellence Program” in Pará state: first approaches

El “Programa en Excelencia en la Gestión Educativa” de la Fundación Itaú Social en estado de Pará: primeras aproximaciones

Gabriel Pereira Paes Neto¹

Resumo

Nosso estudo se refere ao movimento atual da educação integral enquanto política pública, portanto inerente ao crescimento das parcerias público-privadas, realizadas no estado do Pará através da Fundação Itaú Social, materializadas no “Programa em Excelência em Gestão Educacional”. Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, na qual se optou pelo materialismo histórico dialético como a lente que pode orientar o olhar para o objeto desta pesquisa. Tivemos como objetivo analisar o processo de implementação da educação integral do referido programa. Concluímos que não há justificativa para se implementar estes programas a partir da lógica das escolas *charters* como pretende o estado do Pará.

Palavras-chave: Educação Integral; Estado; Hegemonia.

¹ Mestre em Educação. Professor da ESMAC. E-mail: gabrielpaes@ufpa.br

Abstract

Our study refers to the current movement of the integral education as a public policy, therefore inherent in the growth of public-private partnerships, conducted in the state of Pará through the Itaú Social Foundation, embodied in the “Education Management Excellence Program”. This is a documental and bibliographic research, which was chosen by the dialectical historical materialism as the lens that can guide the investigation to the object of this research. We had to analyze the implementation process of integral education program. We conclude that there is no justification for implementing these programs from the logic of charter schools as intended in the state of Pará.

Keywords: Integral Education; State; Hegemony.

Resumen:

Nuestro estudio se refiere al movimiento actual de la educación integral como una política pública, por lo tanto, inherente al crecimiento de las asociaciones público-privadas, llevado a cabo en el estado de Pará a través de la Fundación Itaú Social, encarnado en el “Programa de Excelencia en Gestión Educativa”. Esta es una investigación documental y bibliográfica, en la cual fue elegido el materialismo histórico dialéctico como la lente que puede guiar el ojo al objeto de esta investigación. Hemos tenido que analizar el proceso de implementación de la educación integral. Llegamos a la conclusión de que no existe ninguna justificación para la aplicación de la lógica de estos programas a partir de la perspectiva de las escuelas charter según lo previsto en el estado de Pará.

Palabras-clave: Educación Integral; Estado; Hegemonia.

Introdução

Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, na qual se optou pelo materialismo histórico dialético (MHD) como a lente que pode orientar o olhar para o objeto desta pesquisa, tratando das categorias educação integral, Estado, hegemonia, privatização e parcerias público-privadas referentes às escolas públicas no estado do Pará. Todavia, a razão no movimento de abstração deve ir além do senso comum, para que ocorra a identificação dos processos que as implicam como objeto. Assim, o processo de pesquisa ocorreu inicialmente através de pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base em materiais já elaborados, constituídos principalmente de livros, artigos científicos. Em seguida realizamos a pesquisa documental através de publicações de sites oficiais do governo do estado do Pará e sites jornalísticos.

O movimento atual da educação integral enquanto política pública é inerente ao crescimento das parcerias público-privadas, realizadas no estado do Pará através da Fundação Itaú Social, materializadas no “Programa em Excelência em Gestão Educacional”. Todavia, uma das áreas de abrangência do programa é a educação integral e o modelo de gestão defendido pela Fundação Itaú Social para a educação brasileira é o das escolas *charters* americanas, o qual é baseado nos parâmetros do mercado e a partir dos elementos da terceira via.

Segundo Netto (2011), sabendo que a realidade é complexa por ser a síntese de muitas determinações, é presente a intencionalidade de analisar as categorias inerentes à pesquisa para buscar a gênese, a estrutura, o desenvolvimento, as contradições do objeto. No que se refere à pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2002), trata-se da recorrente leitura, abstração, análises sistemáticas, fichamentos, sínteses sobre a literatura já publicada sobre o objeto de estudo e as categorias de análise.

O trabalho também foi realizado a partir de uma pesquisa documental, da análise de fontes primárias. Realizamos o trato do cruzamento das primeiras abstrações sobre o objeto e o cruzamento com a pesquisa documental e com a pesquisa bibliográfica. De acordo com Chizzotti (2005), a pesquisa documental se insere de forma intrínseca no processo da pesquisa e corresponde, não apenas na análise dos documentos, mas, também, na importância das informações documentadas, na escolha dos documentos para a realização do estudo relacionado especificamente ao problema, na busca de onde encontrá-los.

O problema de pesquisa que sustenta este trabalho é: como vem se dando a implementação da educação integral do “Programa em Excelência em Gestão Educacional” da Fundação Itaú Social no estado do Pará? Tendo como objetivo analisar o processo de implementação da educação integral proposta pelo referido programa.

Educação integral no Brasil, uma agenda em movimento: do PME ao “Programa em Excelência em Gestão Educacional”

Nas últimas décadas ocorreram mudanças significativas nos setores políticos, econômicos e sociais, as quais desencadearam um novo modelo organizacional e de financiamento do Estado Brasileiro e, consequentemente, da escola pública. A reforma educacional em países da América Latina foi resultante das ingerências de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Segundo Santos (2008), na nova ordem mundial, inclusive no caso brasileiro, se impõem outros referenciais para a compreensão dos problemas socioeconômicos. Fez-se a reforma do Estado orientada por princípios da eficiência, da produtividade e da qualidade total na prestação dos serviços, assim como pelo desenvolvimento de uma nova cultura, a gerencial-mercadológica.

O Brasil passou por esse processo de reconstrução e adequação a nova ordem neoliberal, assim, segundo Antunes (2005), a partir de 1990, com a ascensão à presidência da República Federativa do Brasil de Fernando Collor e depois de Fernando Henrique Cardoso ocorreu a implementação do receituário neoliberal. Articulou-se o enxugamento organizacional, a flexibilização, a desregulamentação e as novas formas de gestão produtiva. Nesse contexto, para Melo (2005), nos anos 1990, o projeto neoliberal se firmou nos países em desenvolvimento,

pois ocorreu a implementação de políticas de ajustes econômicos e estruturais.

O Estado brasileiro passou a ser neoliberal e passou a ser “desresponsabilizado” pelas políticas sociais (entre elas as educacionais). O que ocorre no neoliberalismo é uma inversão de prioridades por parte do Estado, uma adaptação em torno das suas ações e políticas sociais a partir daquilo que as forças hegemônicas permitem. Todavia, a fase neoliberal caracteriza-se como uma crise global que marcou as últimas quatro décadas (NETTO, 2007). Nos planos social e político-institucional, o neoliberalismo colocou em cheque os direitos sociais e refez as funções reguladoras do Estado. Isto mostra uma crise plena, bem como apresenta toda sua dramaticidade e regressão social. Os neoliberais admitem mecanismos estatais que minimamente socializem a renda, advogam a despolitização das relações sociais, rechaçam a regulação política do mercado, constituindo o que Netto define como “Estado máximo para o capital” (2007, p. 81).

No entanto, de acordo com Santos (2014) e Santos *et al* (2014), essa nova conjuntura mundial impulsionou a “reforma” do Estado brasileiro e legitimou a incorporação de novos protagonistas na relação entre Estado, mercado e sociedade. Ocorreu a transferência para o setor privado de ações antes de competência do Estado, tratando-se da parceria público-privada, inclusive no campo educacional. Os autores explicam que no estado do Pará, as parcerias público-privadas têm se constituído em ações pouco efetivas, e a questão da qualidade tem sido compreendida como mecanismo de adaptação e ajuste ao mercado, privilegiando-se as dimensões técnica, gerencial e pragmática, mensuráveis por meio dos indicadores oficiais.

Nesse contexto, ainda conforme os mesmos autores, os teóricos que defendem a terceira via e os neoliberais em geral, afirmam que a crise está no Estado, por isso não seria uma crise do capital. Assim, o terceiro setor materializa a relação entre público/privado por ser uma estratégia de afirmação de reconfiguração do Estado capitalista.

Sobre terceira via e terceiro setor, Peroni e Adrião (2007) esclarecem num contexto particular do capitalismo, período de crise, as suas principais estratégias de superação são o neoliberalismo, a globalização, a reestruturação produtiva e a terceira via. Estas estratégias redefinem o papel do Estado, inclusive no que se refere à relação público-privada, visando a reforma do Estado e a parceria com o terceiro setor, com um empresariado “consciente” e preocupado com as políticas sociais, com as pessoas, portanto, a chamada sociedade civil sem fins lucrativos passa a assumir tais políticas.

Segundo as autoras, a atual social-democracia foi batizada de terceira via por ser uma proposta alternativa ao neoliberalismo e à antiga social democracia, portanto, é via no sentido de que é uma tentativa de superar o quadro binário anterior.

Segundo Lima (2007), no Consenso de Washington foram traçadas as políticas a serem adotadas pelos países, as reformas macroeconômicas, a racionalização e controle dos gastos públicos, a liberalização financeira, o incentivo às indústrias, o estímulo à iniciativa privada, etc. Para a autora, o eixo foram as políticas de alívio das tensões sociais focalizadas no alívio da pobreza. Ainda para Peroni e Adrião (2007), com as reformas neoliberais, os serviços sociais, entre eles a educação, passam a ser encarados como serviços não exclusivos do Estado, podendo ser realizados pelo setor privado e pelo público não estatal, portanto, o Estado estabelece parcerias com instituições do terceiro setor.

Passou-se a responsabilizar “a todos” pela educação pública nos compromissos assumidos pelo Brasil, especialmente na Conferência Mundial de Educação para todos, realizada Jomtien, na Tailândia naquela década (1990). Nesse sentido, o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação foi inspirado no documento “Todos pela Educação”, produto da conferência mencionada, lançado em 2006. Este Plano de Metas da iniciativa privada agrega empresários que possuem interesse na educação pública, na verdade na comercialização do Estado, mobiliza-se a iniciativa privada e as organizações sociais para a definição das políticas públicas. Ainda, a legalidade das parcerias se apresenta em dispositivos legais, portanto, no caso da educação básica, no contexto do PDE, aparecem nas diretrizes XXVII e XVIII do Decreto 6094/2007 (SANTOS *et al*, 2014. p. 3 e 4).

Quanto à singularidade das políticas educacionais no estado do Pará, de acordo com Santos *et al* (2014), destacam-se entre as experiências das parcerias público-privadas realizadas, a Fundação Itaú Social, materializadas no “Programa em Excelência em Gestão Educacional”.

A Fundação Itaú Social foi criada em 2000 pelo Banco Itaú para estruturar e implementar os investimentos sociais da empresa. O foco seria a melhoria das políticas públicas de educação e avaliação sistematizada de projetos sociais, abrangendo quatro áreas: Educação Integral, Leitura e Escrita, Avaliação de Projetos Sociais e Gestão Educacional.

Como uma nova fase dessa relação público-privado no Pará, da qual o Itaú tem sido referência, recentemente tem-se adotado o modelo das escolas *charters* americanas, todavia, de acordo com Freitas (2015), “não há indicação de que elas sejam melhores que as escolas públicas americanas regulares a ponto de poder adotar esta estratégia como política pública. No entanto, ignorando alertas, a proposta está em curso em Goiás e no Pará”.

Esse modelo de gestão é baseado nos parâmetros do mercado e não foi capaz de melhorar o sistema educacional americano, pelo contrário, agravou ainda mais a crise da educação pública. Segundo o autor, as experiências nesse sentido revelaram que as mesmas adotam na sua gestão padrões gerenciais trazidos do mundo empresarial. Praticamente não existe autonomia pedagógica, o projeto pedagógico é elaborado de acordo com critérios de produtividade definidos previamente, a participação é limitada e baseada na obediência.

Nesse contexto, é perceptível que se trata da implantação da hegemonia neoliberal nas estruturas educacionais. Aliás, hegemonia que já tencionou a elaboração de políticas públicas educacionais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, que orienta a estrutura e o funcionamento da educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que “ditam” os procedimentos teóricos e metodológicos para o processo ensino e aprendizagem e os Planos Nacionais de Educação (PNE).

Por outro lado, de acordo com Mészáros (2008), é necessário romper com a lógica do capital se quisermos superar suas mazelas, mas para isso é necessário contemplar a criação de alternativas educacionais. Para melhor compreender o Estado, é preciso pensar que se está assistindo o desenvolvimento de uma nova ordem mundial, atrelada à expansão do capitalismo e seus mecanismos de mercado. Todavia, Gramsci (2012) amplia o conceito de Estado, sem deixar de compreender que, para os neoliberais, o Estado e a sociedade civil seriam mera organização administrativa, jurídica e militar do aparelho governamental em prol da burguesia. No pensamento do autor, o Estado seria um instrumento para garantir as condições da produção, mas também seria aparelho ideológico. A economia seria a estrutura, já a sociedade civil e o Estado fariam parte da superestrutura. Isto significa que por “Estado” deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho “privado” de hegemonia ou “sociedade civil”. Nesse contexto, o Estado surge como instrumento de uma classe, mas se torna alvo de disputa entre classes pela hegemonia.

O Estado brasileiro está envolvido com essas mediações, não de forma linear, mas, de modo complexo e contraditório. As reformas econômicas neoliberais não se deram isoladamente, mas foram acompanhadas pelas reformas das políticas sociais. No que se referem às políticas sociais, de acordo com Saviani (2008), estas se constituem como um meio de oferta de serviços públicos em diversas áreas e segmentos da vida humana, ou seja, a educação, esporte, lazer, saúde, etc. Assim, a classe burguesa exerce sua hegemonia, também, através da educação. O autor nos diz que as políticas sociais continuam a ser secundarizadas em prol da política econômica neoliberal. Para ele, “as bases econômico-políticas mantiveram-se inalteradas, sem que nenhuma medida mais consistente de caráter social tenha se viabilizado” (SAVIANI, 2008, p. 227).

No que se refere à questão da política de educação integral em documentos, segundo Moll (2012), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 traz a perspectiva do tempo integral em seus artigos 34 e 87, na qual sugere o aumento da jornada de sala de aula e de permanência na escola, bem como assinala pela construção de redes de escolas que ofereçam a educação integral. Mais adiante, a oferta diária do tempo escolar passou a ter incentivo, através do FUNDEB, para elevar-se à escola de, no mínimo, sete horas diárias. Outro

destaque feito por Moll (2012) é referente ao PNE (2011-2020). Em 15 de dezembro de 2010, foi encaminhado ao Congresso Nacional o projeto do Plano Nacional de Educação (PNE), convertido em Projeto de Lei nº 8.035/2010. A proposta do PNE apresenta 10 diretrizes, 20 metas e estratégias de concretização. Este PNE seria organizado a partir da mesma visão sistêmica do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2007. Sobre a questão do campo da educação integral em jornada diária ampliada, o PNE propõe a meta seis: “Oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica”, além de seis estratégias específicas.

No que se refere ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (BRASIL, 2009), seria um plano estratégico, o qual tem o objetivo de produzir medidas específicas para a melhoria da qualidade da educação básica. Segundo informações do MEC, dos 5.563 municípios brasileiros, 98% aderiram ao compromisso e todos aqueles que participam do Programa Mais Educação, programa até então referência no âmbito da educação integral, fazem parte deste grupo. Percebe-se a insistência na defesa do tempo integral, proposições e metas abstratas e o atrelamento às diretrizes das organizações multilaterais, o modelo gerencial. Um dos grandes problemas que cercam a educação no Brasil que afetou o amparo legal da educação integral é a centralidade do IDEB na avaliação dos resultados e o condicionamento da liberação de recursos à assinatura do Plano de Metas Todos Pela Educação é uma expressão do alinhamento ao modelo gerencial neoliberal (SILVA; SILVA, 2012, p. 12).

De acordo com os autores, está se mudando o formato da escola, além de se estar associando a instrução escolar à ação no campo da socialização primária e da integração social de contingentes da população. Para os autores, há o consenso de que mais tempo na escola possibilita novas oportunidades de aprendizagens, todavia, em um contexto de redução dos gastos ditados por um Estado neoliberal, seria um verdadeiro sacrilégio ao credo hegemônico. Analisa-se que os quadros “social, político e econômico” brasileiros são dramáticos, pois há grande desigualdade e exploração alheia. Seriam necessários mais investimentos, o compromisso com as classes sociais mais desprovidas, o desatrelamento dos mandos e desmandos de organismos multilaterais internacionais, a mobilização da sociedade civil organizada.

Contudo, é notório e público que se tem adotado no Pará o modelo das escolas *charters* americanas, de acordo com Freitas (2015), financiadas pelo setor público, mas administradas pelo setor privado, baseado nos parâmetros do mercado, como mencionado, ao mesmo tempo que se reduz os gastos com a educação, diminui a cobertura escolar, se incentiva o 3º setor e políticas focalistas que atuam para a minimização de problemas sociais.

A implementação das parcerias público-privadas no Pará: as escolas *charters* e a Educação Integral

Para Freitas (2015), a adoção do modelo das escolas *charters* americanas é um erro, mas está em curso no caso do Pará. Sobre as escolas *charters*:

Os estudos que tentam mostrar a supremacia destas escolas costumam ir além do que eles podem afirmar. Para os estudos que se seguirão no Brasil tentando mostrar que as escolas *charters* são melhores, teremos que considerar a experiência da pesquisa americana em lidar com tais escolas. Estas pesquisas têm alertado para o fato de que as *charters* evitam pobres, evitam crianças portadoras de necessidades especiais, fazem comparação com crianças que não são comparáveis e têm erros de amostragem. Além disso, frequentemente deixam de considerar a “autosegregação” como aqui é mostrado na crítica de Powers ao estudo que segue, omitem as taxas de evasão e não divulgam que recebem doações de fundações que as colocam em condições de financiamento bem diferentes das escolas públicas regulares (FREITAS, 2015, p.1).

Em publicações retiradas do site oficial do governo do estado do Pará (site do governo do estado denominado *Pacto pela Educação no Pará*) fica evidente tal processo de implementação. No documento (PARÁ, 2015), afirma-se que há o avanço na mobilização da sociedade e a adesão de novas empresas e municípios ao projeto. Foram 134 municípios paraenses e 66 empresas que assinaram a parceria com o Pacto pela Educação, sendo assim, estas se responsabilizam em implantar projetos na rede pública de ensino. Já no documento (PARÁ, 2015b), afirma-se que o movimento Pacto pela Educação do Pará promove oficinas sobre investimento social privado junto a empresários e secretarias municipais de educação:

São três as formas de participação do setor privado no Pacto pela Educação do Pará: assessoria à gestão de sistemas municipais ou escolas públicas, execução dos projetos próprios, em sua área de Investimento Social e apoio à expansão de programas e projetos de iniciativa de outros membros do Grupo de Parceiros Estratégicos do Pacto (GPEP). [...] Essas três frentes de participação se subdividem em diversas possibilidades de atuação. Entre elas estão a participação no sistema de governança do Pacto, o apoio à gestão do sistema municipal ou escolas públicas, o voluntariado empresarial, a oferta de vagas em programas da Lei do Aprendiz que priorizem alunos de escolas públicas, entre outras (p.1).

Pelo que mostram as publicações, o governo fez um Pacto de muitos pactos, que dependem diretamente de lideranças locais, ou seja, se eximindo de responsabilidades ou, no mínimo, descentralizando o fracasso eminente. Diz-se que é necessário o vínculo entre escola e empresariado, entre a secretaria municipal e o empresariado, como em outro documento (PARÁ, 2015c), no qual se afirma que o pacto em questão tem adesão de mais de 40 instituições e 15 prefeituras. É mencionada a influência do Banco Itaú em tal processo, portanto, “contribuir para a educação pública já é uma bandeira utilizada pela Fundação Itaú Social, que atua em todo o Brasil e também na Região Metropolitana de Belém”.

Em outro documento ainda (PARÁ, 2015d), o dito pacto pela educação tem dado prioridade à educação integral. Nesse sentido, foi realizado o encontro sobre educação integral, ou ainda “Diálogos de Educação Integral”. Trata-se de evento realizado em parceria com a Fundação Itaú Social e o Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (Cenpec), como propósito de socializar experiências “exitosas” (poderíamos discutir o sentido de exitoso) em educação integral do estado.

No mesmo documento, afirma-se que a “educação integral da Seduc vem se operacionalizando gradativamente na rede pública estadual, por meio da adequação do currículo e da infraestrutura das unidades escolares, com enfoque na elevação do tempo de aprendizagem”. Portanto, fica evidente e pública, uma série de parcerias com o setor privado, inclusive no que se refere à educação integral, que indicam o atrelamento às políticas neoliberais, à lógica privatista, o qual tende à piorar os quadros e índices da educação pública, tal como já ocorreu em outros países.

Em documento do site da Fundação Itaú Social, se divulga o “Prêmio Itaú Unicef” para toda região Norte. O lançamento foi realizado em Belém em seminário sobre educação integral em abril de 2013. Tal prêmio se destina às experiências de educação integral no Brasil, projetos socioeducativos desenvolvidos por organizações da sociedade civil (OSC) e escolas públicas.

Em reportagem do site Pará *On line* (2015 - Seduc elabora plano para ampliar a educação integral no Estado) afirma-se mais uma vez que a Seduc elaborou um plano para ampliar a educação integral no Estado, a “construção de um plano estadual para a educação integral da rede estadual de ensino foi o tema do I Encontro Diálogos sobre Educação Integral”. Ainda de acordo com o documento, a “ação teve a parceria da Fundação Itaú Social, parceira do Pacto pela Educação do Pará, o qual prevê em seu conjunto de programas a ampliação dessa modalidade de atendimento pedagógico”. Ainda, se informa que na rede estadual de ensino do Pará, a educação integral foi introduzida em 2012, com o projeto Escola de Tempo Integral, que atualmente atua em 14 escolas estaduais de ensino fundamental, médio e profissional. Segundo Ana Cláudia Hage (diretora de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Seduc): “a educação integral já está implantada, no modelo escolar. Queremos ampliar essa forma de atendimento para o modelo que inclui as atividades do programa Mais Educação e para o modelo de parceria, como funciona em Belo Horizonte”.

Outra evidência de tais relações é o programa Mundiar. O Mundiar é um programa desenvolvido pela Seduc em parceria com a Fundação Roberto Marinho, tendo como finalidade reduzir o índice de defasagem idade-ano na rede pública estadual de ensino, ainda, tendo a duração inicial de 24 meses para o Ensino Fundamental e 18 meses para o Ensino Médio (PARÁ, 2014 - IOEPA/2014). Parece estranho reduzir o índice idade-ano através de um programa em regime de parceria. Tal defasagem adentra no âmago dos problemas estruturais do nosso país e a sua solução demandaria a mesma magnitude. Já segundo a agência Pará de Notícias (2015 - 03/02/2015), o

Mundiar tem como proposta atender, ao longo do ano, 40 mil estudantes da rede estadual de ensino, sendo que os mesmos poderão concluir os estudos na educação básica em até dois anos. Considerando a necessidade de uma escolarização efetiva e de qualidade, soa estranho e preocupante tal proposta.

Ainda segundo a agência Pará de Notícias (2015), outro programa que tem sido implementado, tutelado pelo Unibanco, o ProEMI (Jovem de futuro), que é desenvolvido em 87 escolas de Santarém, Marabá e Região Metropolitana de Belém, tendo também a duração inicial de dois anos. O programa pressupõe a gestão escolar para resultados de aprendizagem nas escolas de ensino médio regular. Portanto, o principal objetivo do programa seria modificar o currículo das escolas, com foco na melhoria da aprendizagem dos estudantes. Ainda segundo a reportagem, as ações do ProEMI/JF buscam ampliar o acesso, a permanência e a conclusão do ensino de jovens com atraso na idade escolar. Tal como o Mundiar, trata-se de um programa em regime de parceria que não apresenta uma alternativa efetiva de Estado para inverter a lógica aplicada na educação pública e nem tampouco a materialização de um novo projeto educacional amplo, formativo e transformador.

Como visto, não há justificativa para se implementar estes programas a partir da lógica das escolas *charters* como pretendem os estados de Goiás e Pará, pois a implantação destas é somente uma forma de promover a abertura de mercado educacional, “o dinheiro que deveria ser aplicado na melhoria da escola pública, vai sendo desviado para o bolso das operadoras *charters*” (FREITAS, 2015, p.1). De acordo com o autor, tal implementação prejudica a qualidade da escola pública e torna pior o ciclo vicioso da aplicação de receitas salvadoras.

Contudo, se por um lado há o atrelamento da escola e da educação aos mandos e desmandos do capital, por outro lado, insistimos na nossa defesa por uma educação, pela socialização de conhecimento e formação do gênero humano, baseado numa dimensão ampla e transformadora. Então, entende-se que a educação integral, omnilateral, e o tempo pedagógico necessário para as aprendizagens são premissas para a formação de novos sujeitos da transformação. Na síntese analítica que fizemos, não é essa a linha que a política da Fundação Itaú Social tem seguido.

Numa perspectiva emancipatória, crítico-dialética, a educação integral alçaria os alunos a uma nova camada de intelectuais, com altas especializações, com condições de compreender e lutar (luta de classes). Entende-se que a educação integral e o tempo pedagógico necessário (tempo integral) para as aprendizagens são premissas para a formação de novos sujeitos, o que implica a emancipação das funções impostas pelo capitalismo à escola.

Entende-se que a educação integral e o tempo pedagógico necessário para as aprendizagens são premissas para a formação de novos sujeitos da transformação. Para Gramsci (2010), mencionando a escola unitária, a escola deve ser organizada como escola em tempo integral para gerar uma segunda natureza nos alunos. O autor vê que, nesta perspectiva, a escola alçaria os alunos a uma nova camada de intelectuais, com altas especializações, com condições de compreender e lutar (luta de classes).

Contudo, a educação integral pressupõe novas relações entre trabalho intelectual e trabalho manual. Para isso, o seu processo de implementação deveria se fundamentar no materialismo histórico dialético, na teoria histórico cultural e na pedagogia histórico crítica, almejando assim uma formação integral, omnilateral. Ao almejar o desenvolvimento de uma concepção histórica e dialética aos alunos, então, a educação pressupõe o mergulho na história, a geração da segunda natureza, a formação de um homem novo, preparado para o trabalho, para o estudo, para a ação no partido, para transformar a realidade. Nesse sentido, a educação escolar tem papel fundamental na luta pelo socialismo.

Considerações finais

Buscamos desenvolver análises sobre o movimento atual da educação integral enquanto política pública, inerente ao crescimento das parcerias público-privadas, realizadas no estado do Pará através da Fundação

Itaú Social, materializadas no “Programa em Excelência em Gestão Educacional”. Realizamos também a análise da educação integral e do modelo de gestão defendido pela Fundação Itaú para a educação brasileira, ou seja, o das escolas *charters* americanas, o qual é baseado nos parâmetros do mercado neoliberal e em elementos da terceira via.

No que se refere à perspectiva das ações da Fundação Itaú Social é notória a presença da extensão do tempo de escolarização a partir de atividades que ocupam o tempo “ocioso” dos alunos com atividades de reforço escolar das disciplinas tidas como mais importantes, além de atividades focais em atividades artística ou esportiva. Portanto, essa educação de tempo integral tem um caráter funcional, reprodutor, formativo conservador, se refere diretamente à ampliação do tempo das atividades na escola. O “Programa em Excelência em Gestão Educacional”, pelo modelo que propõe, deve agravar ainda mais a crise da educação pública no nosso estado. Analisamos que não há justificativa para se implementar estes programas a partir da lógica das escolas *charters* como pretendem os estados de Goiás e Pará, pois trata-se de uma forma de promover a abertura de mercado educacional, prejudica a qualidade da escola pública e torna pior o ciclo vicioso da aplicação de receitas salvadoras que não salvam, só pioram.

Por outro lado, numa perspectiva emancipatória, crítico-dialética, a educação integral alçaria os alunos a uma nova camada de intelectuais, com altas especializações, com condições de compreender e lutar (luta de classes). Em que pese não ser o caso do modelo de escola que tem sido adotado. Considera-se fundamental o papel contra hegemônico que a escola pode ter. Analisamos que a socialização do conhecimento é fundamental para as conquistas dos trabalhadores, pois a escola pode e deve formar um homem e uma mulher esclarecidos, crítico, consciente, disposto e capaz de lutar por seus direitos, por justiça social.

Reiteramos nossa defesa por uma educação, pela socialização de conhecimento e formação do gênero humano, baseado numa dimensão ampla e transformadora. Entende-se que a educação integral, omnilateral, e o tempo pedagógico necessário para as aprendizagens são premissas para a formação de novos sujeitos da transformação.

Numa perspectiva emancipatória, crítico-dialética, a educação integral alçaria os alunos a uma nova camada de intelectuais, com altas especializações, com condições de compreender e lutar. Para isso, o seu processo de implementação deveria se fundamentar no materialismo histórico dialético, na teoria histórico cultural e na pedagogia histórico crítica, almejando assim uma formação integral, omnilateral. Nesse sentido, a educação escolar tem papel fundamental na luta pelo socialismo.

Referências

- ANTUNES, R. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas: Autores Associados, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Programa Mais Educação: gestão intersetorial no território*. Brasília, 2009.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisas em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 2005.
- FREITAS L. C. *Supremacia Charter: não desta vez*. Publicado em 11/10/2015. Disponível em <http://avaliacaoeducacional.com/>
- FREITAS L. C. *Supremacia Charter: não desta vez – II*. Publicado em 12/10/2015. Disponível em <http://avaliacaoeducacional.com/>
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- _____. *Cadernos do cárcere*. v. 3. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 5ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- LIMA, K. Organismos Internacionais e a Reforma da Educação Superior nos países periféricos. In: *Contra-*

reforma na educação superior: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007, p.51-76.

MELO, A. A. A mundialização da educação: neoliberalismo e social-democracia no Brasil e na Venezuela. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 3, n.2, p. 397-408, 2005.

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOLL, J. *et al*. Caminhos da educação integral no Brasil: direitos a outros tempos e espaços educativos. In: MOLL, J. *A agenda da educação integral: compromissos para sua consolidação como política pública*. Porto Alegre: Penso, 2012.

NETTO, J. P. *Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

_____. *Introdução ao método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PERONI, V. ADRIÃO, T. *Programa Dinheiro Direto na Escola: Uma proposta de redefinição do papel do Estado na Educação?* Brasília: Instituto Anísio Teixeira, 2007.

SANTOS, T. F. A. M. *Conversas impertinentes sobre a gestão na educação*. Belém: EDUFPA, 2008.

SANTOS, T. F. A. M. A crise atual do capital na conformação do estado contemporâneo e gestão. *Revista de Políticas Públicas*, julho, 2014, p. 459-465 Universidade Federal do Maranhão. São Luís, Maranhão, Brasil.

SANTOS, T. F. A. M.; ALVES, A. S.; GOMES, A. O. Subsunção do Público ao Privado por meio de parcerias entre o Estado e Organizações Sociais. In: *6º Encontro Internacional da Sociedade Brasileira de Educação Comparada*, 2014, Bento Gonçalves. Processos de Privatização de Educação, 2014.

SANTOS, T. F. A. M.; SOUSA, R.; CABRAL, I. R. As Parcerias Público-Privadas no Plano de Ações Articuladas (PAR), via Guia de Tecnologias Educacionais. In: *6º Encontro Internacional da Sociedade Brasileira de Educação Comparada*, 2014, Bento Gonçalves. Processos de Privatização de Educação, 2014.

SAVIANI, D. *A nova lei da educação: LDB trajetória, limites e perspectivas*. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, K. N. P.; SILVA, J. A. de A. da. A relação com o saber no programa mais educação. *Cadernos ANPAE*, v. 9, p. 1-10, 2010.

SILVA, J. A. de A. da; SILVA, K. N. P. Mais educação: a ‘nova’ escola nova. *Cadernos ANPAE*, v. 1, p. 1-16, 2012.